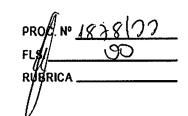


ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON Coordenação Geral de Controle das Licitações Assessoria Jurídica



PARECER TÉCNICO - JURÍDICO INICIAL

Parecer Jurídico nº 195/2022 Processo Administrativo: 879/2022 Modalidade: Carta Convite

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para as obras de reforma da sede do IPMT, na zona urbana do Município de Timon no estado do Maranhão.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon – IPMT **Assunto:** Análise inicial de procedimento licitatório

RELATÓRIO:

Vieram os autos do processo para análise e emissão de parecer inicial quanto à aprovação jurídica do Edital e seus anexos, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93.

Quanto às diretrizes normativas, estabelece o artigo 38 da referida lei:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

Trata-se de Processo Administrativo nº 1878/2022, referente a Carta Convite, cujo objeto é Contratação de empresa de engenharia para as obras de reforma da sede do IPMT, na zona urbana do Município de Timon no estado do Maranhão.

Passar-se-á à análise da documentação acostada aos autos bem como do procedimento até esta etapa do certame para verificar se o trâmite seguiu rigorosamente as normas exigidas pela Lei de Licitações.

É, no essencial, o relatório.

DA NECESSIDADE DO PARECER JURÍDICO:

Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do presente para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, VI e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, verbis:



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON Coordenação Geral de Controle das Licitações Assessoria Jurídica

PROO. Nº 1878 | 32 FLS ______ 93 RVBRICA _____

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

Nítido é, portanto, a necessidade do presente parecer jurídico acerca do procedimento licitatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DA ANÁLISE DA FASE INTERNA:

Consta nos autos do processo a **provocação para início do procedimento mediante Solicitação de Despesa** SD nº 006/2022 do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon – IPMT.

De igual forma, está presente nos autos a **justificativa**, requisito necessário por lei, bem como **Termo de Referência** com a especificação detalhada do objeto, quantidade, valores e **autorização pela autoridade competente.**

Em continuidade à análise, verifica-se a presença detalhada do orçamento, a composição de custos unitária, a designação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação Portaria nº 445/2022, memorando que requer a emissão de parecer jurídico inicial (memorando nº 087/2022).

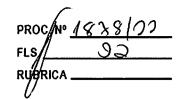
CONSIDERAÇÕES SOBRE A MINUTA DO EDITAL E MINUTA DO CONTRATO:

Está presente também nos autos, conforme estabelece o artigo 40 da Lei 8666/93, a **minuta do edital** com todas as diretrizes e requisitos do procedimento, bem como **minuta do contrato**, estabelecido legalmente no artigo 55 da legislação específica. Necessário informar, por oportuno, a inexistência de qualquer cláusula que restringe a competitividade, bem como qualquer fator atentatório aos princípios que regem a Administração Pública.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON Coordenação Geral de Controle das Licitações Assessoria Jurídica



Na forma da Lei, o projeto básico – ou documento equivalente – necessita ser devidamente aprovado pela autoridade competente, por ato formal e motivado. Na ocasião, a autoridade "(...) deverá avaliá-lo e verificar sua adequação às exigências legais e aos interesses supraindividuais."

A autoridade, ao aprovar o projeto/termo de referência, responsabiliza-se pelo juízo de legalidade e de conveniência adotado. Será competente para aprovar o projeto básico/termo de referência para determinar a abertura de processo licitatório, a contratação da obra ou do serviço e/ou a aquisição de bens projeto se refere².

Lei Municipal de Timon/MA nº1892 de 17 de Dezembro de 2013, que dispõe sobre a organização e estrutura administrativa do

poder executivo do município de Timon/MA, e dá outras providências no artigo 53, diz que:

Art. 53 Os Secretários Municipais, autoridades equiparadas, inclusive os dirigentes de entidades da administração indireta, tem as seguintes atribuições:

 II – Ordenar despesas das respectivas unidades orçamentária e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários;

III – autorizar a realização de despesas e determinar a emissão da nota de empenho, e o respectivo pagamento;

XIX – assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais de que o Munícipio participe, quando tiver competência delegada, nos termos da Lei Orgânica do Município.

No caso dos autos, verifico que a licitação e o Termo de Referência foram devidamente submetidos e autorizados pela autoridade competente, para os fins do artigo 7°, §2°, I, da Lei de Licitações c/c com a Lei Municipal acima mencionada.

Ademais, verifico que o TR e demais atos internos, atende satisfatoriamente ao que exige a legislação de federal, nos termos do Art. 3°, 1 da Lei n° 10.520/2002. Nada a ressalvar, portanto.

DO CABIMENTO DA MODALIDADE CARTA CONVITE:

96

¹ Marçal Justen Filho in "Comentário à Lei de Licitação e Contratos Administrativos". 16. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. P.184.

²Marçal Justen Filho, Op. Cit. e loc. cit.



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON Coordenação Geral de Controle das Licitações Assessoria Jurídica

Convite é a modalidade de libitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 03 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, conforme artigo 22, §3º da Lei 8666/93.

Em igual sintonia com o regramento legal referido, o artigo 23, II, estabelece os valores parâmetros que devem ser observados ao eleger a modalidade de licitação do certame. No caso em apreço, o procedimento objeto de análise deste parecer encontra-se perfeitamente adequado, uma vez que o valor total do contrato orçado pela Administração é de R\$ 326.432,77 (Trezentos e Vinte e Seis Mil e Quatrocentos e Trinta e Dois Reais e Setenta e Sete centavos).

DA CONCLUSÃO:

Ex positis, esta Assessoria Jurídica pugna pela possibilidade de aprovação do procedimento até esta fase processual, devendo ser os autos encaminhados à Coordenação Geral de Licitações para as providências necessárias.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Timon/MA, 14 de Outubro de 2022.

Juna Mara Santos Pedreira Assessoria Jurídica – CGCL

> Port. 074/2021-GP OAB/PI n° 13.170